



## A ditadura militar na Argentina. 1976-1983

São Paulo: Edusp,  
2007. (752 p.)

*Marcos Novaro e  
Vicente Palermo*

---

Norberto O. Ferreras<sup>1</sup>

A história da Argentina possui temas clássicos consagrados pela historiografia produzida nesse país e fora dele: inúmeros livros dão conta da luta pela independência, da organização nacional, da formação do movimento operário, do primeiro governo democrático em 1916 e do tema mais pesquisado e conhecido, que é o peronismo. Mas, aos poucos, a história recente da Argentina está se tornando um centro de atração para os novos pesquisadores e historiadores. Entre os novos campos de estudo, a última ditadura militar experimentada por esse país, o autodenominado Processo de Reorganización Nacional (mais popularmente conhecido como Processo), alcança uma posição de destaque. Porém, os estudos relacionados com o Processo têm-se centrado em estudos de caso (cidades, partidos e a sua relação com o Estado) ou em temas específicos (família, repressão, economia, sociedade, educação, cultura, imprensa etc.). No Brasil, a questão da ditadura militar na Argentina é um tema que tem sido tratado entremeadado com outros casos, principalmente em comparação com a própria ditadura no Brasil ou no Chile.

Isso nos abre a porta para uma breve reflexão: muitas vezes o interesse temático e acadêmico se constrói partindo da base da reunião de vários casos diferentes que permitam um diálogo com episódios mais conhecidos, e este seria o caso nacional. A outra opção tem sido a de, partindo daquilo que é conhecido, que é a própria realidade, tentar compreender outra diferente como se fosse um

espelho do acontecido em casa. A apresentação de um único caso parece despertar menos interesse nos pesquisadores. A isso tem contribuído a existência de elementos de ação em comum entre as ditaduras do Cone Sul, notadamente a Operação Condor<sup>2</sup>. Soma-se a isso o fato de todas elas terem sido experiências coetâneas.

O livro de Marcos Novaro e Vicente Palermo, publicado pela Edusp, vem suprir parcialmente essa carência e ampliar a necessidade de conhecer as especificidades da ditadura militar na Argentina, assim como será um incentivo ao estudo da questão, vista já como um caso que tem as suas especificidades e sua lógica. Esse livro nos traz à colação o fato de que o Processo militar será mais bem compreendido no Brasil, e também na Argentina, se começarmos pelo estabelecimento da existência de uma lógica própria no conflito político nesse país<sup>3</sup>. Isso não implica a negação dos fatores internacionais ao abordar a questão, como a Revolução Cubana e a influência dos Estados Unidos. Porém, não podemos esquecer que esses imperativos operam sobre uma sociedade determinada e que os termos e o grau de agressividade dos conflitos dependem em grande medida da cultura política preexistente e da situação da luta de classes em cada sociedade analisada.

Por outro lado, a falta de estudos específicos e abrangentes não é um problema restrito à Argentina, e poderíamos avançar na reflexão indicando que é um problema das ciências sociais e humanas. Se os estudos de caso trazem consigo a possibilidade de aprofundar determinada questão, também nos levam à perda de visão de conjunto e à fragmentação do objeto. O livro de Novaro e Palermo é uma ruptura com essa tradição da fragmentação. De fato, a versão original em espanhol é parte de uma coleção de história argentina, que tenta dar unidade ao que conhecemos por “Argentina”. Não obstante, o livro se sustenta por si só e dialoga com o resto da coleção pelo fato de apontar a história política como fio condutor. São poucos os autores que podemos colocar junto com Novaro e Palermo nessas tentativas de abordar a história do Proceso de Reorganización Nacional como uma unidade<sup>4</sup>.

Para complicar um pouco mais a situação dos estudos sobre esse período, temos de mencionar o fato de que foi produzida uma extensa bibliografia baseada nas memórias de indivíduos ou de grupos do período da ditadura militar. Tais estudos, formulados a partir das memórias, ou que as analisam, tem de lidar com a perspectiva da subjetividade. Simultaneamente, o esforço da desinformação, da censura, da incorporação, forçada ou voluntária, da imprensa aos objetivos da ditadura, e a destruição de arquivos e documentos por parte dos militares em retirada, têm limitado a possibilidade de desenvolver algumas pesquisas. Por outro lado, essa situação fez que muitos militantes, antigos ou recentes, caíssem na tentação de confiar unicamente na própria

subjetividade como forma de conhecimento. Mesmo quando existem importantes trabalhos sobre a memória e a crítica a seus usos<sup>5</sup>, ainda persistem algumas aproximações que entendem que certos indivíduos, principalmente aqueles que mais sofreram com o Processo, são os portadores da Verdade, com maiúsculas, sobre a Argentina da ditadura.

O livro de Novaro e Palermo, portanto, é uma aproximação de conjunto com uma temática de difícil abordagem e que não está isenta de múltiplas interpretações. A intervenção dos autores se dá no marco de um forte debate na Argentina sobre esse período e os autores reivindicaram o direito, como cientistas sociais, de dar uma interpretação. Ela não se sustenta no fato de defender uma posição política, e sim no intuito de construir uma aproximação de conjunto, reunindo os mais variados materiais e fontes, a partir de uma leitura política do período. Isso, que pode parecer banal para um cientista social ou um historiador, não é uma questão menor na Argentina, em que há uma necessidade de apresentar as suas próprias atitudes nesse período.

Os autores priorizaram o estudo da política para compreender o período. O Estado e as disputas em torno dele norteiam esse trabalho e fazem parte da sua periodização. Grande parte do livro, quatro dos sete capítulos, refere-se à instauração do governo militar e à chegada ao poder de Jorge Rafael Videla. Ele, e o projeto por ele encarnado, é determinante para compreender os rumos posteriores do golpe. Um segundo núcleo do livro, o capítulo cinco, destina-se aos anos da incapacidade do regime de construir de uma alternativa própria que governasse em democracia. Finalmente, os dois últimos capítulos centram-se na crise definitiva e na saída do poder dos militares, depois da Guerra de Malvinas, sendo esse o estopim da crise final da ditadura.

No primeiro núcleo temático, Novaro e Palermo ensaiam uma explicação que excede o marco do político para poder responder a fatídica pergunta: Por quê? Por que a sociedade optou por uma saída golpista ao invés de um governo democrático? Por que essa sociedade tinha chegado a uma disputa entre grupos civis armados? Por que a saída foi a de levar a violência às últimas conseqüências? Essas perguntas são norteadoras do primeiro capítulo, assim como a compreensão da construção de um consenso na base de um acordo tácito entre golpistas e governados de que a intervenção militar levaria fatalmente a uma estabilização política e econômica da sociedade. A expectativa do golpe, comum a boa parte da sociedade e partilhada até entre membros dos grupos guerrilheiros, era que se tratava de um momento de reorganização da sociedade, cujos custos não seriam maiores que algumas prisões e exílios. Para outros, poderia ser um momento de legitimação e uma nova ocasião de entrada em ação dos grupos radicalizados. A natureza do episódio de 24 de março de 1976 e os acontecimentos anteriores apontavam

numa outra direção, bem diferente das existentes nos golpes anteriores. Esse é um dos temas que mostram a perícia e a sensibilidade dos autores para compreender as linhas dos conflitos e dos consensos construídos prévia e posteriormente ao golpe militar.

A primeira parte é reveladora das clivagens da ditadura e das linhas de força que orientaram essa sociedade, quais foram os temas de consenso e quais os de dissenso, assim como da extensão da luta revolucionária e da exaustão conseqüente. O termo-chave utilizado pelos autores para explicar esta situação é “consenso reativo”, o que significa que, se não havia uma atitude de respaldo ativo por parte da população, havia, sim, uma tolerância e uma expectativa positiva.

De alguma forma isso nos leva ao tipo de regime que foi a última ditadura militar Argentina. Foi algum tipo de totalitarismo ou deve ser considerado um governo autoritário, particularmente violento? Para os autores, não seria um governo totalitário porque não tinha a capacidade, nem o desejo, de reunir o conjunto da sociedade em torno de um projeto novo, nem tinha o mínimo interesse em mobilizar essa sociedade na luta por um novo modelo. Portanto, para Novaro e Palermo esse seria um governo autoritário, no qual o uso da violência seria funcional à desmobilização da sociedade e a sua reorganização na base da democracia clássica. O grande inimigo do regime se encontrava no populismo, e a violência dos grupos guerrilheiros era uma conseqüência radicalizada do vilão da história argentina: o populismo peronista.

Para os autores os militares promoviam um retorno ao passado anterior ao radicalismo, um retorno à Argentina conservadora. Para isso era preciso o assalto à fortaleza do populismo, que se daria por meio da desarticulação do sistema produtivo. Dessa forma, os projetos liberais na economia não tinham como objetivo transformar a Argentina na *Pátria financeira* e sim destruir a base de sustentação de sindicatos e do principal partido do populismo: o peronismo.

A perseguição política, o método desenhado para efetuar a repressão na Argentina, teve como condicionamento o extermínio de pessoas, focado principalmente na desapareição dos inimigos políticos e na sua causa: a tendência populista dentro do peronismo. Certamente aquilo que as ciências sociais e os militares entenderam e entendem por populismo podem ser coisas bem diferentes, e esse é um elemento que os autores não se propõem a responder. O objetivo, porém, era claro: eliminando a indústria estaria eliminado o principal fator de distúrbios da economia política – o trabalhador e as suas reivindicações. O grande complicador para que essa política vingasse foram as disputas internas da Junta Militar e as expectativas de herdar o Processo, principalmente no primeiro momento, em que as coisas pareciam dar certo

para os militares. Os três membros da junta não tinham o mesmo projeto final. Se para Videla era preciso refundar a nação com novas bases políticas e econômicas, para o almirante Massera era preciso criar um pólo político que incluísse os fatores políticos existentes, num projeto corporativo. Se existia um projeto totalitário, esse era o projeto de Massera: incorporar novos políticos preservando um fator de poder, o sindicalismo corporativo, e mobilizar a sociedade para aclamá-lo como o seu novo líder.

Uma importante questão levantada pelos autores reside na motivação dos industriais em apoiar um governo que tinha como objetivo eliminar a indústria para destruir a classe trabalhadora. Não é uma questão menor. O plano econômico do Ministro de Economia, José Alfredo Martínez de Hoz, baseou-se na desindustrialização, pela via da abertura econômica, e com a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, o que se concretizou nos primeiros anos do Processo. Os empresários ficaram do lado dos governos militares até o último momento, mesmo quando parte das forças armadas já tinha desistido da continuidade. Isso se explica pelas oportunidades abertas a esses empresários na busca de novas alternativas econômicas: o ingresso no sistema financeiro, a proteção seletiva de determinadas áreas, nas quais a Argentina devia especializar-se, e, finalmente, pela ampla liberdade dada à exploração e controle da mão-de-obra. Quase toda a carga dos direitos trabalhistas foi transferida aos trabalhadores, ampliando a margem de lucros do empresariado, sem que aqueles pudessem protestar. Os mecanismos de controle desenvolvidos e a exploração da força de trabalho chegaram a níveis nunca antes alcançados. Enquanto isso os trabalhadores não tinham meios para protestar nem para organizar a resistência – os poucos que o tentavam pagavam sua ousadia com o desemprego ou com a vida. O medo das classes médias, muito bem desenvolvido pelos autores, tinha a sua contrapartida na experiência real do horror vivido pelos trabalhadores.

Há uma série de questões que podem ser levantadas numa leitura aprimorada desse aporte. E o parágrafo anterior nos permite introduzir uma crítica, que é a de que o país real dos autores é o país das classes médias urbanas e, preferencialmente, a da cidade de Buenos Aires, desconsiderando o que acontecia em outras localidades, principalmente aquelas de grande concentração operária como Córdoba e Rosário e aquelas do cone urbano da cidade de Buenos Aires. A política, entendida como a relação entre Estado, partidos políticos (embora proscritos) e grupos de pressão e interesse, é central na estratégia narrativa dos autores. Outra questão que nos apresenta o livro é a defesa do Estado de Direito e da democracia como valores absolutos, considerando os grupos guerrilheiros mais como ameaças à democracia que alternativas ao seu aprofundamento. Nem todos os grupos armados pretendiam che-

gar a uma ditadura, fosse ela do proletariado ou não, e nem todos eles tinham como objetivo último a Revolução, sem mais qualificativos. A experiência da proscricção e da segregação operárias por quase vinte anos estão fora do período de análise, porém ajudam a compreender melhor as lutas armadas das décadas de 1960 e 1970.

Finalmente há dois grandes méritos que devem ser destacados nesse livro. O primeiro deles está no âmbito da narrativa. Os autores optaram por uma narrativa linear do período, realizando mais entrecruzamentos sincrônicos que diacrônicos. Isso se deve, em grande medida, à necessidade de leitura de um período de quase oito anos, com uma intensa atividade política. Para lograr manter a atenção do leitor os autores apelaram ao entrecruzamento de gêneros narrativos. Muitas vezes temos a sensação de estar lendo um romance de espionagem internacional, como quando são apresentados os preparativos da Guerra de Malvinas e os seus desdobramentos na política internacional. Outras passagens são dignas de romances policiais. Isso certamente consegue segurar o leitor num livro extenso, com muita informação e detalhes. Podem surgir críticos dessa opção narrativa; porém, o intuito do livro é o de narrar determinado período da história argentina.

E aqui aparece o outro grande mérito do livro, o de transformar o Processo de Reorganización Nacional em história argentina, não o tratando como uma aberração infeliz e desnecessária, e sim como uma possibilidade da luta política e de classe que vinha se acirrando no período prévio. Embora muitas vezes difícil de ser lido, pelo tema tratado, é um livro imprescindível e que entendemos que deve estimular o estabelecimento de novas sínteses, assim como a ruptura com o mito da impossibilidade da escrita do Processo de Reorganização Nacional.

## NOTAS

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Contato do autor: ferreras@vm.uff.

<sup>2</sup> ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Argentina, Brasil e Chile e o desafio da reconstrução das agências nacionais civis de inteligência no contexto de democratização*. Campinas: [s.n.], 2005; DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; e MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

<sup>3</sup> E, já que foi mencionado o Chile, o mesmo poderia ser dito para esse caso.

<sup>4</sup> Como exemplos podemos citar QUIROGA, Hugo. *El tiempo del Proceso: conflictos y coincidencias entre políticos y militares, 1976-1983*. Rosário: Homo Sapiens, 2003; TRONCO-SO, Oscar. *El Proceso de Reorganización Nacional: de marzo de 1976 a marzo de 1977*. V. 1.

Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984; e *El Proceso de Reorganización Nacional: de abril de 1977 a junio de 1978*. V. 2. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985; e VÁZQUEZ, Enrique. *La última: origen, apogeo y caída de la dictadura militar*. Buenos Aires: Eudeba, 1985. Mas, os livros de Troncoso e Vázquez são aproximações quase imediatas e produto da urgência de dar uma unidade e uma explicação ao período precedente. O texto de Quiroga foi produto de uma pesquisa sobre o tema enunciado no título, e que teve uma primeira edição em 1994.

<sup>5</sup> SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo: una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.